



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 28 / 02 / 2023

Com: Unanimidade

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2022

I – ABERTURA -----

----- Ao dia nove do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quinze minutos reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, na Igreja do Convento de Santa Maria das Virtudes, na freguesia de Aveiras de Baixo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto 1** – Projeto de Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos -- **P 34/V-MO/2022**

-----**Ponto 2** – Reconhecimento de Interesse Público para a construção de Loja de Produtos Alimentares e de Consumo – Processo 66/21 DIV1 em nome de LIDL & CIA ----- **P 86/P/2022**

----- **Ponto 3** – Projeto de alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Azambuja -----
----- **P 89/P/2022**

----- **Ponto 4** – Fixação (TMDP) ----- **P 91/P/2022**

----- **Ponto 5** – Fixação (IMI) ----- **P 92/P/2022**

----- **Ponto 6** – Fixação Derrama ----- **P 93/P/2022**

----- **Ponto 7** – Fixação IRS – 5% ----- **P 94/P/2022**

----- **Ponto 8** – 2ª Suspensão parcial do PDM de Azambuja – processo 60/21 DIV – *Perfect Autonomy*, Investimentos Imobiliários S.A ----- **P 97/P/2022**

----- **Ponto 9** – Apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação do exercício de competências no domínio da Ação Social, pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo -----
----- **P 101/P/2022**

II – PRESENCAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente Em Exercício** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Primeira Secretária** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----



----- **Segunda Secretária** – Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos em substituição de Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. -----

----- Faltou a Senhora Deputada Marta David Gondar Diniz, não se fazendo representar. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vereadores** – Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Hugo Silva Sampaio -----

----- Ana Margarida Ferreira Lima de Oliveira Lopes -----

----- Pelo Senhor **Presidente Em Exercício** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **Alexandre José Gomes Grazina**, representante do PS sendo substituído pela Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**, representante do mesmo partido na lista admitida e a Senhora Presidente **Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos**, representante do PS sendo substituída pelo Senhor



Deputado **José Luís Marques dos Santos**, representante do mesmo partido na lista admitida. -----

----- O Senhor Presidente Em Exercício deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- O Senhor Presidente em Exercício lembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção na Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido dois pedidos de intervenção. -----

----- Interveio o Senhor Pedro Graça, referindo que como representante da Associação Cultural e Recreativa das Virtudes, vinha junto da assembleia solicitar um incumprimento, do que considera que é devido pela Câmara Municipal de Azambuja à instituição. Para contextualizar o motivo, referiu que em 2019 a associação pediu o dobro dos valores para a realização da feira medieval, justificando que atualmente as pessoas pouco têm tempo para participar e os figurinos para uma feira medieval são caros, tendo sido gasto quase 5 mil euros em artistas na feira medieval do ano de 2018, e de forma a cumprir também os requisitos da câmara, que teria solicitado que a feira fosse cada vez mais medieval e menos comercial. Decidiu-se fazer um protocolo entre a câmara e a associação, em que a associação ficava encarregue de abrir a Igreja do Convento de Santa Maria das Virtudes, para que as pessoas o pudessem visitar ao fim de semana. Volvidos dois anos o protocolo apareceu, porque teve conhecimento que tinha um protocolo ido à reunião da assembleia, através do Jornal O MIRANTE, porém, como presidente da associação desconhecia o conteúdo do mesmo. O senhor vereador António Matos foi ter com a associação, pedindo para terem calma, ao qual lhe teria dito que não iria assinar um protocolo sem saber o que lá estava escrito, mesmo que já o tivessem aceiteado ou levado à assembleia. Dentro da boa-fé e após o senhor vereador António Matos referir que iria correr tudo bem, assinaram o protocolo. Após haver uma alteração política, afirmou que parece que começaram a ser perseguidos pelo senhor vereador António Matos, que foi dizer que estavam em incumprimento e que queriam cancelar o protocolo, tendo como razão o facto de não estarem a abrir o convento, conforme estava escrito. Após uma reunião em dezembro de 2021, garantiram que iriam abrir o convento durante as seis horas ao fim de semana, porém, foi alegado

que abriam o convento, mas não estava lá um elemento a acompanhar quem podia chegar. Como tal, a câmara cancelou o protocolo, porque diz que tinha de estar alguém presente no espaço durante as seis horas. As obrigações da ACRV (Associação Cultural e Recreativa das Virtudes) eram: garantir a abertura da igreja durante seis horas por dia, aos fins de semana, feriados ou em função da época do ano; fazer o uso prudente do espaço, acautelando todas as questões de limpeza pontual e segurança; promover em conjunto com o município visitas e atividades; não alterar o espaço; não usar o espaço para depósito do armazém; não usar o espaço sem autorização da câmara municipal. Sendo estas as obrigações, disse não perceber onde é que as mesmas implicariam estar alguém presente durante as seis horas, mas afirmou não querer voltar ao protocolo. A câmara resolveu findar o protocolo no dia um de fevereiro de 2022 e a associação não foi notificada do mesmo, apenas têm conhecimento porque ouviram numa reunião e porque o senhor António Matos trocou a fechadura do convento. Posto isto, têm oito meses e dez dias de protocolo, em que só seis meses estão liquidados e apenas exigem o extrato de pagamento, porque apenas verificam seis meses pagos e querem os restantes meses pagos, para cumprir o protocolo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que era verdade que tinha havido uma denúncia do protocolo, tendo sido alegado que havia por parte da associação um incumprimento do que estava previsto no protocolo. Relativamente ao valor que a câmara deve, disse não ter conhecimento do mesmo, mas irá ver o que se passa e depois comunicará à comissão de gestão o que se está a passar e quais os passos futuros para se dar. -----

----- Interveio o Senhor José Carlos começando por agradecer a presença de todos na sua aldeia e dizendo que tinha três questões para colocar. A primeira questão é relativa à rede móvel nas Virtudes, que em junho de 2021, numa assembleia municipal teria questionado o senhor presidente da câmara Luís de Sousa sobre essa questão, tendo obtido como resposta que até ao final do segundo semestre de 2022 a situação estava resolvida. Estando a acabar o segundo semestre do ano, a situação mantém-se igual, existindo promessas e nada concretizado. A segunda questão é em relação às bocas de rega que foram removidas em 2014. Questionou no caso de existir um incêndio, com as casas tão próximas do pinhal, onde é que os carros dos bombeiros se podem abastecer de água. Agradeceu e deu os parabéns pelo folheto que fizeram sobre o convento, pois está muito elucidativo.



As atividades no convento têm sido praticamente nulas e gostava que houvesse um incentivo da parte da câmara, para dinamizar o espaço. Por último, referiu que há uns anos tinham estado lá uns missionários colombianos de Santarém, nomeadamente, um padre que tinha estado no Brasil, que informou que o Fernando Noronha que tem lá a lápide da sepultura, é uma pessoa muito importante no Brasil, tendo inclusivamente uma ilha e acha que seria bom fazerem um estudo sobre essa parte e divulgá-la. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse que relativamente à rede móvel não tem nenhum dado novo para lhe dar, mas que irão tentar junto das operadoras verificar o que é que se passa. As bocas de rega, eram bocas de incêndio e vai ser colocado um marco de incêndio junto à escola, que é o ponto de maior pressão, no início de 2023 através das Águas de Azambuja. O local mais próximo para os bombeiros se abastecerem é nos Casais da Lagoa. Informou que registou a sugestão de fazer mais atividades no Convento das Virtudes e que irá falar com o vereador detentor do pelouro das atividades lúdicas, para dinamizar melhor o mesmo. A questão do Fernando Noronha, irão falar com o historiador da câmara, Doutor José Pereira para ver qual é a ligação com o Fernando Noronha do Brasil. -----

V – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Projeto de Regulamento de apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos -- P 34/V-MO/2022

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, informou que a proposta diz respeito a uma alteração do projeto está em vigor. Existem quatro grandes alterações, que são: o valor que atribuíam através de cheque, irá passar a ser atribuído por cartão de refeição; o cheque social passou de 6 euros para 12 euros; existe um incentivo à natalidade, no valor de 10 euros, no primeiro ano de vida da criança; o cheque farmácia foi estendido a todo o agregado familiar. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, dizendo que a questão que queria colocar relativamente ao regulamento, é uma questão que tem alguma antiguidade e sempre foi reiterada. O regulamento fala na criação de um cartão para que os beneficiários da medida possam utilizar, mas há uma preocupação que tem a ver com a ressalva da privacidade das pessoas e gostaria de ver esse esclarecimento. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, mencionando que tinha algumas considerações a fazer. No que diz respeito ao artigo 9º, na avaliação da situação económica, o ponto três diz, nos casos em que os membros do agregado familiar sendo maiores, não apresentem rendimentos e não façam prova da situação de desemprego, incapacidade para o trabalho, frequência de ensino ou outra situação devidamente justificada, considerar-se-á que auferem um rendimento mensal equivalente ao montante do IAS (Indexante dos Apoios Sociais), o que acaba por entrar em contradição com a alínea d) do artigo 22º, em que se diz que quando não há a apresentação da totalidade dos documentos, a candidatura é tida sem efeito. No ponto quatro, para a aplicação da fórmula identificada no número anterior, o valor das despesas fixas é determinado de diferentes formas e no que diz respeito ao valor da despesa da renda de casa ou de empréstimo à habitação, normalmente, neste tipo de cálculos existe um topo. Deixou a questão, para um próximo regulamento ou revisão, de encontrar um topo para as despesas. Por último, uma questão de pormenor, no artigo 20º, ponto três, alínea b), fala da regulação do poder paternal, que neste momento se denomina de acordos de responsabilidades parentais, para numa próxima revisão se possa fazer a correção. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, deixou uma palavra de apreço à vereadora Mara Oliveira, por ter aceite a participação de uma bancada para algumas considerações à proposta e afirmou que a bancada do partido CHEGA iria votar favoravelmente a proposta. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, em resposta ao senhor deputado António Nobre informou que a privacidade das pessoas vai continuar a ser assegurada, e agradeceu as sugestões da senhora deputada Maria João Canilho. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 2 – Reconhecimento de Interesse Público para a construção de Loja de Produtos Alimentares e de Consumo – Processo 66/21 DIV1 em nome de LIDL & CIA ----- P 86/P/2022**

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, informou que à semelhança de outras situações com declarações de interesse público municipal, não iria participar na discussão e na



votação da proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que é uma proposta de investimento no concelho, de um grupo ligado à rede de distribuição e fornecimento de materiais de alimentação e de outros géneros. Devido à situação onde se encontra o território, necessita de interesse público para poder pedir autorização quer ao Ministério da Economia, quer ao Ministério da Agricultura, para desafetarem essa parte do território que está em reserva agrícola. É uma proposta que tem interesse para o município, porque há mais um grupo que vai entrar no mercado do concelho, que já dispõe de três insígnias. -----

----- O Senhor Arquiteto Paulo Natário informou que se trata de uma nave para o ramo alimentar, que será servida de todas as infraestruturas necessárias ao seu funcionamento, e que será também complementada com um parqueamento de apoio. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, acrescentou que o parque de estacionamento na nascente da vila de Azambuja irá ser todo pavimentado e devidamente sinalizado. Estão a pensar fazer um acesso direto à gare pela parte de dentro da linha, estando em conversações com as Infraestruturas de Portugal. Está do lado da câmara fazer um projeto para apresentar, para fechar aquele acesso e ficar só com uma porta. Complementarmente a essa situação, que será da responsabilidade através de um contrato de programa com a câmara e a entidade, vão também ceder à câmara cerca de dois mil metros de um terreno remanescente que possuem e não necessitam. ---

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, mencionando que pensa que a proposta apresentada tem vantagens para a área e localização prevista em Azambuja. Houve outras iniciativas do plano urbanístico, nomeadamente, em que se desenharam a criação do chamado plano de urbanização de frente de Azambuja, que já leva alguns anos para ser desenvolvido e solicitou que o senhor presidente informa-se a assembleia do seu estado. Esta proposta tem uma particularidade, que na verdade apresenta-se num local que já tem um plano urbanístico em desenvolvimento, ou em elevado estado de adiantamento e pediu o esclarecimento do senhor presidente quanto a isso. Questionou em que pé estavam de plano diretor municipal, visto estarem novamente a recorrer a essa figura de estilo do PDM (Plano Diretor Municipal) em vigor. Para finalizar disse que não iria obstaculizar a proposta e que Azambuja ganha relevo com a mesma. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, informando que não iriam vetar a



proposta e perguntou quando é que a câmara irá apresentar o pré-projecto, que o senhor presidente mencionou que estava do lado do município. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado António Nobre, informou que o Plano da Frente Ribeirinha de Azambuja está numa fase final, tem tido alguns reveses e algumas alterações e há um conjunto de entidades que têm de dar parecer prévio sobre a matéria. Pensa que no ano de 2023, quer esse projeto, quer o de Aveiras de Cima estejam concluídos. A questão do PDM (Plano Diretor Municipal), é uma questão que tem sido recorrentemente levantada, quer pelos deputados municipais, quer pelos vereadores e o mesmo encontra-se em processo de revisão por uma empresa externa, que foi contratada para a fazer. A câmara pretende realizar uma sessão temática, só sobre o PDM (Plano Diretor Municipal) com os senhores deputados, para ficarem ao corrente do ponto de situação em que o mesmo se encontra, do trabalho que foi feito e do que falta fazer. Em resposta ao senhor deputado Nelson Rodrigues, informou que irão apresentá-lo tão breve quanto possível. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja, André Salema do grupo PS, assinalando que vinte e quatro anos depois para o início daquilo que foi concebido, aquele espaço vai ter finalmente uma nova imagem e cara da entrada norte da vila de Azambuja. Deixou uma chamada de atenção, para a importância de as oliveiras que se encontram no local, serem replantadas em outros locais. Relativamente ao parque sul, disse esperar que para breve também seja requalificado e questionou o senhor presidente da câmara o que é que se irá fazer aos veículos pesados, que estacionam diariamente na zona onde o grupo vai fazer o investimento. Referiu que deviam começar a pensar numa solução efetiva para um estacionamento de veículos pesados. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, disse que relativamente à proposta, continua a lamentar o facto de ainda não existir um regulamento para o reconhecimento de interesse público municipal. Se no executivo houvesse sempre o entendimento de todos trabalharem com um fim comum, o bem do concelho e dos munícipes, certamente já teria iniciado o regulamento com a base que a bancada do partido CHEGA apresentou, por exemplo. Apesar da proposta ir contra tudo o que têm vindo a defender, considera que os munícipes precisam de diversidade de preços, de produtos alimentares e de consumo e não deverão ser prejudicados pela inoperância do executivo. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expôs que todos viram o que aconteceu há dois

dias, caiu uma bâtega e Lisboa ficou debaixo de água, e depois vem os painéis na televisão dizer que se construiu onde não se devia e se andou a desafetar zonas da reserva ecológica e agrícola para fazer outras coisas. O supermercado LIDL é bom para as pessoas de Azambuja, pois é na concorrência que as pessoas são mais bem servidas. Porém, espera que não aconteça nenhuma inundação ali, e que depois questionem quem se lembrou de pôr lá um supermercado, numa zona freática à beira da vala e a desagregação dos terrenos, pois depois há quem diga que é das alterações climáticas, mas é da falta de haver um PDM (Plano Diretor Municipal) e da maneira como se desagregam parcelas. ---

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, dizendo que excepcionalmente irá votar favoravelmente a declaração de interesse público, porque não faz sentido aquele terreno estar integrado na reserva agrícola nacional, visto que apenas o viu semeado uma vez, em setenta e dois anos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, questionando se aquela zona está ou não integrada em leito de cheia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado António Nobre informou que a zona não está integrada em leito de cheia. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, mencionou que o projeto está compreendido numa área que é de RAN e que se calhar não devia de estar, porém, devem compreender que o regime jurídico que regula esse tipo de procedimentos passa o ónus para o município. O município é que tem de dar o seu aval, no entanto, não significa que, por exemplo, a autoridade agrícola vá autorizar e se não autorizar o projeto parou ali. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, respondendo ao senhor presidente da junta de freguesia André Salema, informou que relativamente às oliveiras basta arranjar um local para as colocar, de forma que seja arrancar de um lado e plantar no outro. Quanto ao parque sul, disse que é uma situação que têm de resolver. Respondendo à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, em relação a quando existe partilha de entendimentos as coisas se ultrapassam, referiu que o anterior documento foi exemplo disso e futuramente pode ser que seja uma abertura para futuros entendimentos. Disse que não é inoperância do executivo e que vai apresentar aos senhores vereadores, até ao final do presente ano, uma rasura do futuro regulamento. Ao senhor deputado



José Navarro, afirmou que o interesse público municipal e o PDM (Plano Diretor Municipal) são assuntos que terão tempo para discutir de agora em diante. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 7 (4 CDU, 2 CH e 1 PSD) | Favor: 19 (12 PS, 6 PSD e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- O Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

“A minha abstenção tem como objetivo alertar toda gente aqui e as que estão a ver, porque muita gente se esquece que estamos em processo de alterações climáticas e na verdade, aquela área não sendo agora um leito de cheia, todos nós sabemos que é alagável e com a perspetiva do aumento da altura do mar, e conseqüentemente do Tejo e conseqüentemente das marés, vamos ter mais fenómenos de alagamentos. Mas isto é uma responsabilidade da empresa que vai ali construir, que com certeza a equipa projetista fez as necessárias prospeções e também chegou à conclusão que cheguei. Eu não sei, conheço mal o projeto e, portanto, não sei qual é a cota, se é uma cota fiável ou não, mas o estacionamento que diz respeito ao município, eu tenho de recomendar ao município que vá consultar os sites adequados e que coloque a cota certa para que não haja problemas com alagamentos.” -----

----- **Ponto 3 – Projeto de alteração do Regulamento do Orçamento Participativo de Azambuja** -----

----- **P 89/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, começou por informar que o projeto é uma pequena alteração, que no fundo muda em concreto o que aconteceu no primeiro orçamento participativo, que foi uma entidade através das pessoas que se juntaram e encaminharam tudo para a mesma entidade, que foi os bombeiros. Entre oito propostas, sete foram para os bombeiros, o que cortou a possibilidade a outros. No fundo é para evitar essa situação e juridicamente foi a alteração que disseram para fazer. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, afirmando que acha que o orçamento participativo é uma excelente iniciativa que existe no município. É uma forma de fomentar a participação cívica dos cidadãos na vida pública e política, na melhoria das terras e acima de tudo,

é importante para motivar os jovens a essa participação. Disse conhecer vários jovens que tiveram a possibilidade de submeter várias propostas, para a realização de projetos concretos, que puderam melhorar a sua condição de vida e realizar-se no seu concelho. Esta revisão vem acertar uma aresta, que contribuirá para se ter um orçamento participativo mais democrático, que permita projetos de mais associações poderem ser objeto do apoio. Por último, expôs que saúda a proposta e que terá o seu voto positivo. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, questionou se o projeto 2021 já está concluído e por que motivo não houve projeto no presente ano. O projeto vem à assembleia porque foi alterada uma frase e gostaria de saber, porque é que foi necessário um ano para fazer essa alteração. -----

----- A Senhora Deputada Helena Maciel do grupo PSD, referiu que concorreu com uma proposta para a área municipal e para a freguesia e nesse sentido, decidiu fazer a intervenção que não estava prevista. Disse achar que não foi dada a possibilidade das pessoas que participaram, que tiveram na primeira iniciativa, de se sentar a olhar para o regulamento e melhorá-lo. Questionou se poderia ter desmultiplicado a proposta com outra pessoa de Vila Nova da Rainha e terem feito uma candidatura conjunta, para a mesma finalidade para melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade da sua freguesia e se há uma limitação do número de propostas por freguesia. Perguntou também o que fazem com as propostas do orçamento de 2021 e se vai haver possibilidade de integrar no regulamento, algo que mostre que as pessoas podem recandidatar-se, ou seja, melhorar as propostas e voltar outra vez ao orçamento participativo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Helena Maciel informou que as pessoas podem voltar a recandidatar-se, quando se abrir o procedimento do segundo orçamento participativo. O regulamento enaltece umas propostas e elimina outras até oito e, portanto, as que tiveram mais votação eliminaram as outras que tinham menos votações. O que se pretende é que se dê uma possibilidade de haver uma dispersão maior por outras propostas vindas de outras pessoas. Respondendo à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, referiu que não se levou um ano para fazer a autorização, a mesma foi colocada em discussão pública. Quanto ao projeto, está concluído e falta só entregar o do ano passado. No presente ano não houve projeto, porque estavam à espera da alteração para depois dar início. Informou que só falta entregar a tenda à Cruz

Vermelha e adjudicar uma obra para as camaratas das senhoras dos bombeiros. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, destacando uma boa prática, que foi tida pelo senhor presidente da junta de freguesia de Azambuja, que foi perante um projeto submetido por um jovem da freguesia, que não foi contemplado em sede de orçamento participativo, pegou à mesma na ideia, que considerou ser de mérito e decidiu inscrevê-la no programa do plano de trabalhos da junta de freguesia. Mencionou que gostava de incitar os restantes presidentes de junta presentes e o senhor presidente da câmara, para que se houver alguma proposta que seja feita no âmbito do orçamento participativo e que não fique enquadrada no financiamento, se acharem que o projeto tem valor e faça sentido, implementá-lo nos seus planos de trabalho. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 CDU | Favor: 26 (12 PS, 8 PSD, 3 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 4 – Fixação (TMDP)** ----- **P 91/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, expôs que a proposta já vem à câmara desde que ela foi criada por legislação para tal. A sugestão da Associação Nacional de Municípios é para que se cobre a taxa máxima, portanto, é isso que se propõe ao abrigo da legislação em vigor. A nível de impacto financeiro para o município, informou que em 2020 teve 7.500 euros, em 2021 8.681 euros e em 2022, até novembro, 6.500 euros. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, perguntou quem é que define quanto é que essas empresas pagam à câmara, quem fiscaliza e quem paga. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que quem paga são as telecomunicações e o valor é apurado consoante as telecomunicações durante o ano, no concelho. Depois tem uma percentagem de 0,25 que é aplicada sobre esse valor e é aí que é feito o cálculo da taxa. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, informando que iria fazer uma intervenção genérica, cobrindo todos os pontos relativos a impostos e taxas, para depois se desenvolver na especialidade. Numa altura em que os rendimentos das pessoas e das famílias estão a ser dilapidados pela carestia, pela inflação e pela escassez de bens que assola a Europa e Portugal em particular. Numa altura em que todos já perceberam que as dificuldades estão apenas a começar,



sem melhoria à vista, numa altura em que todos têm consciência que 2023 vai ser um ano de incertezas e sacrifícios, o executivo camarário de Azambuja arremete-se sem dó nem piedade contra o bolso do cidadão contribuinte. A derrama e o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) são saqueados à taxa máxima e o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), que é atenuado e muito bem para uns, continua a ser um rombo para a maioria. Foi aprovado no início da assembleia, um programa de apoio aos mais desfavorecidos, mas e os remediados e os que tinham a vida organizada e vêm o ordenado e rendimentos a ficarem aquém do fim do mês. E os que tinham margem de manobra para umas férias melhores, para mandar os filhos para a universidade, para lhes pagar o ERAMUS, para se empenharem numa casa melhor, para investir em mobilidade própria e agora vêm a vida a andar para trás. Referiu que é sobre estes cidadãos que, se podem chamar de normais, num concelho onde não abundam salários elevados e onde não se enxergam sinais de riqueza, que a avidez e insensibilidade da câmara se abate à bruta. Expôs que a câmara evoca “a necessidade de reforçar a capacidade financeira da autarquia, com vista a assegurar os recursos necessários à continuidade dos programas de investimento do município”. Prevê a câmara que o rácio entre receitas e despesas seja de 116%, ou seja, a câmara arrecada 16% a mais do que aquilo que gasta. Disse que seria tolerável, que essa margem fosse aplicada em investimento, por exemplo, na saúde, na educação, em políticas de habitação, porém, 75% das receitas da câmara vão ser gastas nela própria. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, afirmando que sabe que a taxa é regulada por lei, não se podendo cobrar mais que 0,25%, mas no seu entender é uma taxa irrisória, sendo que as empresas têm lucros astronómicos anuais. Falou no problema de comunicações insuficientes que o Alto concelho tem, tal como nas Virtudes, conforme um cidadão expôs no início da sessão e acha que se está a receber pouco, por quem mete o município de lado. Sugeriu ao senhor presidente da câmara que visse se se conseguia ir mais além, alterando a lei por exemplo, para o município ir buscar o devido. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 BE | Favor: 26 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU e 2 CH) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 5 – Fixação (IMI)** ----- **P 92/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que compete à câmara estabelecer e à assembleia aprovar, se assim o entender, o valor do imposto do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis). Têm mantido o imposto em 0,35% e criaram um fator de diferenciação, ou seja, o enquadramento que se deu foi, as freguesias que são minoradas são as que perderam população. Informou que o montante de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) em 2020 foram 3.160.032 milhões de euros, em 2021 2.997.834 milhões de euros e em 2022, até novembro 1.995.907 milhões de euros. Tem vindo num sentido decrescente, embora com reflexo. -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, referiu que é uma das principais receitas do município. É preciso ter em conta todos aqueles fatores que permitem a monitorização do imposto, de como é que ele é aplicado, que áreas é que se quer privilegiar e não privilegiar. O imposto tem particular importância para o concelho, pois não pode haver investimento por parte do município se não houver receitas tributárias. Expôs que se acham que o imposto está elevado, necessitam dizer onde se deve cortar, para se discutir com seriedade as questões. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, dizendo que conforme o senhor deputado António Nobre deixou claro, os impostos fazem falta, porém é preciso saber como os vão cobrar. Estão a falar em 0,35%, mas têm no meio dos imóveis todos um bolo, que tanto faz ser aquele senhor que tem uma casa que não vende, não aluga, não reconstrói, como aquele que tem necessidade de a preservar para ter um teto onde se abrigar. O imposto tem de ser alterado nas casas que estão a ficar ao abandono, visto o concelho ter um problema de falta de habitação e por isso, acha que se torna urgente penalizar as pessoas que têm casas ao abandono. Numa altura em que se sabe que as pessoas estão a passar necessidades, não estão a beneficiá-las nada com o imposto, portanto, a bancada do partido CHEGA vai votar contra a proposta do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), porque entende que é um imposto que não se justifica a maneira como está a ser cobrado. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, José Fortunato Martins do grupo PSD, começou por agradecer o facto da assembleia reunir na freguesia de Aveiras de Baixo e afirmou ser uma honra para a freguesia receber todos. Em exemplo do ano passado, transmitiu o seu profundo desagrado em relação à proposta apresentada sobre o IMI (Imposto Municipal sobre

Imóveis). Referiu que a edilidade continua a persistir no erro, no tratamento desigual dos seus munícipes à semelhança do ano anterior. O executivo camarário não mexeu na taxa de 0,35% a aplicar sobre os prédios urbanos, a vigorar em 2022 e cobrar em 2023, até aí tudo certo, porque a taxa se aplica a todo o concelho. No que toca ao minorante a aplicar sobre a taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), o que reduz substancialmente a taxa a pagar, referiu que o tratamento é diferenciado por parte da câmara, pois umas freguesias são beneficiadas e outras não, como é no caso de Aveiras de Baixo, que não é contemplada. Disse que de forma nenhuma podia ficar calado ao ver o agravamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) dos seus fregueses, por via da eliminação do minorante de 8% de que gozavam já há três anos e que foi cortado. A câmara para tomar a decisão de abolir o minorante da taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), baseou-se apenas no crescimento da população, ou seja, as freguesias que ganharam população à luz dos censos 2021, foi-lhes retirado o minorante. Em vez de se estimular e beneficiar o crescimento das populações, a câmara penaliza o crescimento das mesmas, o que não se compreende. A localidade de Aveiras de Baixo, carece urgentemente de uma operação de reabilitação urbana e de medidas atrativas da população jovem, pois grande parte das habitações e população está envelhecida. Na localidade das Virtudes e Casais da Lagoa, ambas com algum potencial de edificação, carecem de medidas atrativas da população, de forma a poder deixar de se ver os imensos lotes vazios. A freguesia carece de estímulos fiscais e não de agravamento fiscal, que é o que contém a proposta. A junta de freguesia de Aveiras de Baixo, manteve as taxas e tarifas e para o ano 2023 a proposta vai no mesmo sentido, porém não tem dinheiro, mas não quer sacrificar mais o cidadão, com vista a não pressionar mais os fregueses, pois a taxa de esforço das pessoas é enorme e para alguns já insuportável. Mencionou que carregar com mais impostos não é justo nem sensato. Afirmou discordar de todo com a política fiscal da autarquia, em particular, quando retira a minoração dos 8% dos últimos anos, com o único propósito de arrecada receita para o município. Se o executivo não podia baixar os impostos, no mínimo, o que era espectável era que os não agravasse e referiu que o seu voto vai ser contra por esses motivos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, mencionou que as coisas acontecem e fazem-se com a captação de receitas para o município, é preciso dinheiro para fazer as obras, apoiar as coletividades e instituições, para a CERCI, que ganhou um concurso e vai fazer uma obra na ordem

dos 6 milhões de euros e está a contar com 350 mil euros da câmara. O lar residencial de Vale do Paraíso está a contar com 350 mil euros da câmara, assim como a Cruz Vermelha de Aveiras de Cima, que está em obras e também a contar com o mesmo valor. Questionou os senhores deputados como se fazem as coisas e onde se corta. Depois perguntou como se faz o cemitério de Aveiras de Cima, de Aveiras de Baixo e dos Casais da Lagoa, que estão em rutura e o de Aveiras de Cima já há muito tempo. Só para o de Aveiras de cima é preciso 1 milhão de euros. Há uma série de exemplos, os asfaltamentos que são reivindicados pelos senhores presidentes de junta e vão ter de recorrer a um empréstimo para os fazer, até numa estratégia concertada para libertar os fundos municipais, para poderem acudir a todos. Em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, disse que já estavam a tratar da situação das casas devolutas, para aumentarem o imposto. Relativamente ao que o senhor presidente de junta José Martins disse, mencionou que estão num processo de negociação com as juntas e é preciso dinheiro para ir ao encontro dos anseios das mesmas. Os senhores presidentes de junta querem mais, mas é preciso a câmara ter essa capacidade financeira para ir ao encontro das suas pretensões. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, dizendo que não queria antecipar uma discussão que é para a próxima assembleia, sobre o orçamento. Porém, 75% das receitas são absorvidas pela câmara, não é investimento, 37,6% são para despesas de funcionamento e 36,9% são despesas de pessoal. Referiu que quando discutirem o orçamento, vão desagregar tudo isso, mas não é cortar no investimento, é necessário cortar na despesa interna para pôr mais investimento. ---

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, dizendo que estavam a falar de igualdades e desigualdades e o senhor presidente da câmara diz que os cálculos, foram feitos na perca da população, porém, não significa que quem lá mora seja mais pobre ou que os terrenos valham menos do que em Azambuja, não achando que é por aí que se lá vai. Relativamente à questão das casas devolutas, disse que o presidente pode não saber, mas terá todo o gosto em lhe mostrar, que uma pessoa possui dez imóveis em ruas principais de uma povoação e devido a uma porta de madeira degradada, mandou tapar a porta em tijolo, sendo um exemplo do que se passa no concelho. Acha que fica uma má imagem e estando o concelho com falta de habitação, é nesses casos que se deve penalizar e ir buscar impostos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, concordou com o senhor deputado Carlos Fonte

na penalização que tem de agora avante existir para essas situações. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, dizendo que para a questão do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para tributar agravadamente os imóveis ao abandono, é preciso ter cuidado, pois há uma vertente especulativa para depois se comprar esses prédios baratos. Outra questão tem a ver com o facto de ter sido retirada a Aveiras de Baixo o benefício do IMI, porém, é o critério que consta do código de procedimentos e processo tributário. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, afirmou ser do princípio de ser contra os impostos, porém a sociedade não vive sem impostos. Há um aspeto que ninguém fala para começar a cortar, que é para além das despesas supérfluas que há na câmara, as festas organizadas e patrocinadas pela câmara ao longo de todo o ano. Quando os munícipes foram votar, não foram eleger uma comissão de festas, mas sim um executivo municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, expôs que a sugestão que o senhor deputado Firmino Amendoeira apresentou, foi cortarem na Feira de Maio e no Ávinho. Disse que iriam fazer essa proposta e depois veriam quais os votos que tem, sendo que o partido que ganhou as eleições no manifesto eleitoral tinha lá efetivamente fazer a Feira de Maio e o Ávinho. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, José Avelino Correia do grupo CDU, alertando para a solidariedade, pois teria ficado triste com o amigo José Martins. Mencionou que nos acordos administrativos, tiveram a boa vontade de dar uma parte para as freguesias mais pequenas e não tiveram qualquer problema de contribuir para as mesmas. No caso da proposta, em que a União de Freguesias, Alcoentre e Aveiras de Cima são beneficiadas, devido à situação que se impôs, levanta-se essa questão e acha que não é de bom tom entrarem nesse princípio. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, dizendo que não pôs em causa os resultados eleitorais nem o programa com que se candidataram, apenas levantou essa questão porque quando se falou em cortar, foi sempre em coisas importantes. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 10 (8 PSD e 2 CH) | Abstenção: 1 PS | Favor: 16 (11 PS, 4 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 6 – Fixação Derrama** ----- **P 93/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que a proposta já vem de há uma série de anos e tem o correspondente à proporção do rendimento gerado das áreas geográficas do município, pelos sujeitos passivos residentes em território português, que exerçam a sua principal atividade a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável no território, referente ao ano de 2022. Nesses termos, ficam isentos de pagamento da derrama, os sujeitos passivos de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, o que significa que só quem tem rendimentos superiores a 150 mil euros de lucro tributável é que paga derrama. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo a seguinte resultado: -----

----- Contra: 1 PSD | Abstenção: 0 | Favor: 26 (12 PS, 7 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 7 – Fixação IRS – 5%** ----- **P 94/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que a proposta tem vindo a decrescer de ano para ano. Em 2021 foi 745 mil euros e em 2021, até novembro vai com 720 mil euros, portanto, presume que vá subir um pouco mais. A proposta ajuda na parte da receita, a construir o orçamento municipal, para fazer face às despesas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, afirmando que mais uma vez o município decide aplicar a taxa de 5%. Disse perceber as necessidades que o município tem de receitas, que tal como os cidadãos vai enfrentar um ano de 2023 complicado, em que os custos vão aumentar, porém, cabe ao município e às instituições públicas fazer o melhor pela população e não lhe parece que aplicar uma taxa de 5% sobre o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) seja o melhor que o município pode fazer. Afirmou que não se pode olhar para o orçamento só na vertente de aumentar a receita sem diminuir os custos, pois haverá certamente forma de reduzir os custos do município sem cortar na educação e investimentos. O valor que irá ser orçamentado para essa verba para o ano de 2023, rondará os 820 mil euros, representando 4,5% da receita da câmara. Significa que o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) arrecadado ou pago pela população do concelho de Azambuja, corresponde a um valor de cerca de

16,5 milhões de euros. A população do concelho é à volta de 22800 pessoas, cada habitante paga 728 euros de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) por ano, sendo que desse valor, 36 euros vão para a câmara. O concelho de Azambuja tem uma percentagem de dependentes de 53%, que não paga IRS. Isso significa que a população que contribuiu com o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) são 10700 pessoas, que por sua vez significa que cada pessoa vai pagar por ano 77 euros de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) para o município, que já é um valor que faz diferença, principalmente quando o salário médio no concelho é de 1.041 euros, quando comparado com o salário médio nacional que é de 1.200 euros, ou seja, 14% abaixo. Olhando para números diferentes, Lisboa tem um rendimento médio de 1.670 euros e paga taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) de 3%, Alenquer tem um rendimento médio de 1.200 euros e paga taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) de 4,8%. Em concelhos mais pequenos, semelhantes a Azambuja, o Cadaval tem um salário médio de 975 euros e paga taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) 3,75%, o Bombarral tem um salário médio de 950 euros e paga taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) de 3,5%, a Arruda tem um salário médio de 1.100 euros e paga taxa de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) de 3,9%. Em Azambuja, aplica-se a taxa máxima de 5%. Deixou a sugestão para não se colocar essa receita no bolo dos gastos gerais da câmara e sim, colocar no orçamento que a verba é efetivamente canalizada para alguma coisa específica, como por exemplo a educação. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, mencionando que se fala em igualdades, subida de juros, que os jovens estão a ficar estagnados para pagar as prestações de casa, rendas de baixo custo e tinham na mão um processo, que bastava tirar 1% ou 1,5% para ajudar os jovens. Deixou o exemplo de, para os contribuintes que estivessem a pagar empréstimo sobre habitação, em vez de lhe ser cobrado os 5%, ser 3%, porém, o executivo não teve essa sensibilidade e acha que a população merecia que houvesse essa sensibilidade. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, afirmando que as bancadas de direita têm o reiterado hábito que pedir baixa de impostos e curiosamente é no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) que falam sobre isso, porque se mantém a taxa máxima. Disse que os senhores têm de se lembrar, que em 2013 propuseram um enorme aumento de impostos,

ano em que receberam dois IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) e agora estão a criticar o município, que é carecido de investimento. Afirmaram que 75% das receitas são gastas em despesas de funcionamento, mas é preciso saber que para aquilo que os serviços são prestados pelo município, têm despesas de funcionamento. Basta olhar para as competências na área da educação, o município teve de receber pessoal e chegou à conclusão que era necessário mais pessoal, para atender aos requisitos do próprio ministério da educação e essa compensação não foi para o município de imediato e manifesta-se insuficiente. Expôs que tem dificuldade em entender esse tipo de crítica, visto o município necessitar das receitas. -----

----- A Senhora Deputada Helena Maciel do grupo PSD, mencionou que é preciso comparar o que é comparável e falar de comparação é exatamente irem ao nível local. Não tem nada a ver com transferência de competências, porque todas as câmaras sabem disso e sabem a realidade. No IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) têm a indicação de que se fixou população, se perdeu população, se tem população envelhecida e em seguida taxa-se a população que tem esforço de trabalho que realmente desconta, paga impostos e leva com 5%, sendo inadmissível. Está-se a prejudicar quem é ativo e pode nomeadamente dinamizar questões ligadas aos filhos, ação social e voluntariado por exemplo. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, respondendo ao senhor deputado António Nobre que o PSD não foi fazer o papel de santinho, apenas têm uma visão diferente do que é a sociedade, do que é o papel do estado, das organizações e das entidades, como a câmara na sociedade. Não têm a ideia de que são os impostos que tudo resolvem, ao contrário da esquerda. Existem dois pratos na balança, um para aumentar a receita e outro para diminuir os custos, infelizmente a esquerda só vê o lado de aumentar a receita através do aumento de impostos, porque não há outra forma, a câmara não vende serviços nem produtos. Afirmou que a câmara nunca convidou o PSD para apresentar uma proposta de orçamento e que os faz sozinha. Além disso, há uma comissão de orçamento que reuniu uma vez, para falar sobre as contas e não reuniu para discutir o orçamento que está em cima da mesa. Era preciso a comissão reunir mais vezes e que fossem mais interventivos e pudessem apresentar efetivamente soluções concretas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, referindo que em relação à comissão, da qual é presidente, reuniu em outubro na perspetiva de que já haveria mais elementos



orçamentais. O senhor deputado Nelson Rodrigues, esteve presente na mesma e teve oportunidade de intervir, e também ouviu a explicação que havia realmente variáveis que ainda não estavam decididas e nem sequer dependiam do município. Este ano vão apreciar e votar um orçamento, quando por exemplo, em anos anteriores já o tinham votado no mês de novembro, portanto, é um ano excecional, existindo uma explicação política para isso, houve uma demissão do governo, eleições legislativas e um orçamento de um ano que só entrou em vigor seis meses após. Obviamente que a comissão não tem de andar a reunir todas as semanas ou meses, porque os deputados e membros da assembleia também têm o seu trabalho e não vivem de expedientes. Por último mencionou que há períodos durante o ano, que são importantes para que a comissão reúna e irá reunir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse que já perceberam que há pessoas que concordam, outras que não concordam, portanto, terá abertura para futuramente poderem falar nessas questões mais cedo, antes dos impostos irem à câmara, para depois poderem perceber se podem baixar os impostos ou aumentar. Deixou duas notas aos senhores deputados, para ficarem conscientes. A câmara andou a investir 400 mil euros por ano na educação, considerando-o um investimento, através da cativação dos impostos e taxas que o município tem. Com a recolha e tratamentos dos resíduos sólidos urbanos, aumentou o tratamento dos resíduos, de 22 euros a tonelada, para 40 euros a tonelada e a perspetiva, na Valor Sul, é que para o próximo ano se comece a pagar 47 euros. Têm feito o esforço financeiro de manter os preços aos contribuintes, mas brevemente terão de subir, porque é incomportável o município estar a suportar cerca de 500 mil euros por ano. A previsão que têm para o pagamento da luz, do aumento da energia, anda na ordem de 1 milhão de euros a mais do que estão a pagar. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 10 (8 PSD e 2 CH) | Abstenção: 0 | Favor: 17 (12 PS, 4 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

“Esta proposta vem contra o que a bancada do partido CHEGA tem vindo a defender, o aliviar dos



impostos sobre o trabalho, e aqui fica bem explícito que o Partido Socialista, com a bengala da CDU continua a cobrar a taxa máxima de 5% autorizada por lei aos munícipes de Azambuja.” -----

----- **Ponto 8 – 2ª Suspensão parcial do PDM de Azambuja – processo 60/21 DIV – *Perfect Autonomy*, Investimentos Imobiliários S.A** ----- **P 97/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, explicou que a empresa está sediada no concelho há uns anos e pretende fazer uma ampliação das suas instalações e só o conseguem fazer, recorrendo a esta figura, que é a suspensão do Plano Diretor Municipal. A empresa tem 80% dos antibióticos do país sediados lá e necessita de expandir um pavilhão com cerca de dez mil metros. -----

----- O Senhor Arquiteto Paulo Natário expôs que o reforço também se deve à pressão que existe, por força do SARS-CoV-2, relativamente a vacinas. Referiu ainda que não há qualquer impacto nas infraestruturas todas, quer as técnicas, quer ao nível de estacionamento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, afirmando que a bancada do partido CHEGA vai votar contra a proposta, não pela legalidade da empresa ou pelo que a empresa faz, mas por se utilizar sempre o mesmo método. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 BE) | Abstenção: 2 (1 PSD e 1 CDU) | Favor: 21 (12 PS, 6 PSD e 3 CDU) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação e submissão à Assembleia Municipal para aprovação do exercício de competências no domínio da Ação Social, pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo** -----

----- **P 101/P/2022**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse que a proposta não transfere para a comunidade intermunicipal a competência da ação social, o que irá acontecer é que a gestão da plataforma intermunicipal, que trata de assuntos relacionados com o pelouro da ação social, irá ser realizada por eles. O governo prorrogou o prazo até três de abril e só irão aceitar nessa data. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja, André Salema do grupo PS, questionou o que é que se materializa em concreto de competência no âmbito da CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) sobre a matéria. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, perguntando quais são os custos

para o município desta transferência de competências e os benefícios. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, mencionou que o senhor presidente da câmara, na reunião de executivo de vinte e dois de novembro, transmitiu que uma das razões para se aceitar transferências de competências destas, era a data-limite para se receber as mesmas e questionou se o município se encontra em condições para aceitar e fazer o funcionamento destas competências a 100%. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, em resposta ao senhor presidente de junta de freguesia André Salema, informou que existem duas competências a ser transferidas para a CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), a plataforma supraconcelhia e a carta social supraconcelhia. Através da plataforma vão ficar com os dados que são facultados pelos onze municípios que fazem parte, com os dados a nível dos equipamentos que possuem e a partir desses dados, vão construir a carta social supraconcelhia. A plataforma supraconcelhia centra-se nos diagnósticos sociais e das problemáticas identificadas. Em resposta ao senhor deputado Nelson Rodrigues, disse que não existe custos, apenas são as competências assumidas por eles, o que é bom, pois o município irá ter a sua carta social e a CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) irá fazer a carta social a nível dos onze municípios. Os benefícios é não ser o município a fazer e como tal, não se irá gastar recursos. Relativamente à questão do senhor deputado Carlos Fonte, em relação a se o município está em condições de receber, referiu que iriam receber as competências no dia um de janeiro, porém, como foi prorrogado o prazo até dia três de abril, só irão assumir aí. Dessa forma vão continuar a ter reuniões mensais, com todos os técnicos e com a ação social para ficarem mais bem preparados e a três de abril irão estar em condições mais favoráveis do que no momento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, acrescentou que irão estar em condições mais favoráveis financeiramente, porque houve negociações entre a Associação Nacional de Municípios e o governo, em que, na área da ação social vai ser transferido mais dinheiro para os municípios. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, questionando a senhora vereadora Mara Oliveira, se ainda não havia carta social, se está a ser negociada ou elaborada e para quando vai estar pronta. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, em resposta disse que a carta está a ser elaborada e a informação que têm da última reunião na CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) é



que é para estar pronta daqui a seis meses. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expôs que o prazo era para ser dia um de janeiro e foi adiado para três de abril, não percebendo o que é que se vai passar nesse adiamento. Perguntou se é apenas um período para melhorar a formação ou é o período em que a carta social vai continuar a ser discutida, elaborada e negociada. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, explicou que a prorrogação de prazo foi solicitada, inclusive o município de Azambuja já tinha também feito um ofício a pedir isso, porque os valores não chegam, ou seja, a prorrogação permite haver mais negociações a nível de valores e a nível de processos. Enquanto não se receber, irão continuar a nível de formação. Os técnicos já estiveram na formação da segurança social e assim poderão ir a mais formações e todos os meses têm reuniões. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, afirmou que não faz sentido estarem a votar um documento que entrará em vigor a três de abril, quando ainda estão a decorrer todas essas negociações. Acha que a votação é para ser feita mais à frente, quando tiverem de posse de todos os elementos de forma mais clara e determinada. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, informou que quando trouxeram a proposta, ainda não se sabia que havia a prorrogação. De qualquer forma, as competências que a CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) vai assumir não vão alterar, o que está a ser negociado tem a ver com valores. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, dizendo que a bancada do partido CHEGA é da opinião que a transferência de competências não pode ser forçada a ser aceite pelos municípios. Visto ser uma imposição estatal o partido CHEGA vai votar contra a proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que o tempo de espera foi bom, porque deu para negociar com o governo uma maior abertura. Em termos financeiros, o que estavam a transferir era cerca de 30 mil euros e agora vai ser cerca de 60 mil euros, porque estavam só a considerar um técnico e o município possui dois técnicos na ação social, e vão também pagar pela utilização do imóvel onde estão sediados, o que não estava previsto na anterior negociação. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PSD) | Abstenção: 12 (7 PSD, 4 CDU e 1 BE) | Favor: 12 PS -----

----- Aprovada por maioria. -----



VI – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade. -----

VII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram onze horas e trinta minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/auErWWofYkE> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

O Presidente Em Exercício da Assembleia Municipal de Azambuja,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Primeira Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

Segunda-Secretária,

Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas